

Concurso público do TRT

Sindicato mais uma vez pede o cancelamento

A Direção do SINTRAJUSC protocolou, nesta semana, requerimento no TRT pedindo mais uma vez o cancelamento urgente do concurso público marcado para 30 de março. O Sindicato anexou documentos que demonstram a falta de preparo do Instituto Nacional de Educação CETRO – INEC, responsável pela organização do certame. Em Assembléia Geral no dia 28 de janeiro, os servidores também votaram contra a participação do SINTRAJUSC na comissão do TRT que coordena o processo.

Interesse público

No requerimento enviado ao TRT foram citados os problemas em outro concurso e que foram alvo de uma ação popular em 2002. Em conversa com diretores do Sindicato, o Presidente do Tribunal, juiz Marcus Pina Mugnaini, disse

que só suspenderia o concurso se houvesse motivos fortes para isso. Dessa forma, a Assembléia apresentou nova informação, a de que, no primeiro concurso da Liquigás, parte das provas teve que ser reaplicada porque foram constatados vários problemas, como falta de exames suficientes e também exames trocados em algumas localidades do país.

O motivo disso foram as divergências encontradas entre o número de inscrições realizadas por meio de instituições bancárias e os controles de inscrição mantidos pelo Instituto Cetro. O fato ocorreu em meados de dezembro. Se não forem tomadas providências para o cancelamento do concurso, a Assembléia votou a favor de denúncia no MPF, entendendo que também é papel do Sindicato fiscalizar o que é de interesse público.



Servidores também votaram contra a participação do SINTRAJUSC na comissão do concurso

Reenquadramento autorizado na Justiça Federal

O Conselho de Justiça Federal informou ao coordenador geral da Fenajufe Roberto Policarpo que já está autorizado o pagamento, na Justiça Federal, dos passivos referentes ao reenquadramento, previsto no artigo 22 do novo PCS. Segundo Policarpo, o CJF garantiu que os valores serão pagos ainda esta semana.

Em contato com vários tribunais, na semana passada, o coordenador da Fenajufe também obteve a confirmação do pagamento do artigo 22 no Tribunal Superior Eleitoral, em vários TREs e no Supremo Tribunal Federal. No Superior Tribunal de Justiça, o diretor-geral, Miguel Fonseca, confirmou que em fevereiro o STJ pagará o reenquadramento aos seus servidores.

Em Santa Catarina, segundo a Coordenadoria de Pagamentos, o TRE quitou os passivos do reenquadramento na folha de janeiro.

AG propõe comissão para visitar prédios das Varas

Em ofício protocolado no dia 29 no TRT, o SINTRAJUSC solicitou à Administração que seja formada uma comissão de servidores para visitar os três prédios que podem vir a sediar as Varas e a Distribuição da Capital. O Sindicato pede que a comissão seja formada por um representante de cada Vara e um da Distribuição.

A medida foi aprovada na Assembléia no dia 28, quando os servidores discutiram as vantagens e desvantagens de cada local – um prédio na Beira-mar, da CEF, outro na Esteves Júnior, da Saúde, e um terceiro na Conselheiro Mafra, da prefeitura de Florianópolis.

A Assembléia abordou vários aspectos, como o preço de cada um, a necessidade ou não de reformas mais amplas, a questão do espaço interno, dos estacionamentos e da ventilação.

Outra sugestão, também encaminhada à Presidência do Tribunal, foi que seja indicado um membro da 1ª Instância para compor o grupo que está avaliando a possível mudança e a escolha do melhor local.

Uma das sugestões dos servidores foi que a decisão leve em conta a possibilidade de implantação de bicicletários e de chuveiros, novas necessidades surgidas em função da questão ambiental e do caótico trânsito da Capital.

No ofício à Administração foi enfatizado que serão os servidores das Varas os trabalhadores que mais tempo vão passar no novo prédio, e a mudança os afeta diretamente.

Oficiais de Justiça

Sindicato discute distribuição das FCs



Direção levou assunto ao Presidente do TRT e busca apoios de sindicatos do Sul para ir ao TRF

O SINTRAJUSC está agendando uma reunião com a Presidente do TRF da 4ª Região para discutir a distribuição das Funções Comissionadas (FC) dos Oficiais de Justiça das Varas da Justiça Federal. A idéia é que participem também diretores do Sintrajufe (RS) e Sinjuspar (PR).

Com relação ao TRT, na reunião com o Presidente do Tribunal, Marcus Pina Mugnaini, e a vice-presidente, Maria do Céu de Avelar, no dia 23, o Sindicato defendeu que as FCs fiquem nas Varas, uma vez que os Oficiais de Justiça, à medida que incorporarem a GAE com a implantação do PCS3, vão deixar de receber os valores da FC.

O Presidente do TRT já deu indícios de que pode destinar as FCs

vagas aos servidores que atendem a população nos balcões das Varas. No TRT há 86 FCs disponíveis, e o número vai aumentar à medida que as etapas do PCS3 forem aplicadas nos vencimentos.

Justiça Federal

Na JF, o Sindicato aguarda a definição de horário na agenda da Presidente do TRF da 4ª Região. Há uma resolução de setembro de 2007 do TRF pela qual as FCs ficaram concentradas no Tribunal, o que, na avaliação do Sindicato, prejudica servidores das Subseções Judiciárias.

O SINTRAJUSC quer discutir essa medida, e está atento para evitar perdas na Subseção de Santa Catarina.

Mudança de lotação

O Sindicato pede que os filiados que mudaram de lotação ou de endereço residencial entrem em contato com o Setor de Atendimento, no telefone

(48)3222-4668. Isso é necessário para atualizar o sistema e garantir a comunicação com os sindicalizados.